

CULTURA HETERONORMATIVA E IDENTIDADE LGBTQIAPN+: VIVÊNCIAS, RESISTÊNCIAS E DESAFIOS NA AUTODESCOBERTA DE UNIVERSITÁRIOS

ALCIONE JANUÁRIA TEIXEIRA DA SILVEIRA¹; RENATA APARECIDA FONTES²; LETÍCIA MARIA TEIXEIRA PEREIRA³; CAROLINA MOREIRA SANTANNA ALVES⁴

¹Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Ouro Preto; Mestrado em Educação pela Universidade Federal de Ouro Preto; Graduação em Psicologia pelo Centro Universitário do Leste de Minas Gerais, Professora no curso no Centro Universitário Univértix. E-mail: alcionevertice@gmail.com

²Mestrado em Ciências Farmacêuticas pelo Programa de Pós-graduação em Ciências Farmacêuticas (UFOP); Graduação em Farmácia com Habilitação em Análises Clínicas pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), Professora no curso no Centro Universitário Univértix.

³Psicóloga – Centro Universitário Univértix. Atua na Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Grama. E-mail: leticiapereiralicitacao@gmail.com

⁴Psicóloga – Centro Universitário Univértix. Atua na Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Grama.

RESUMO

O predomínio da heteronormatividade como marco de controle e normalização da vida de gays e lésbicas se faz presente, com a finalidade de que esses sujeitos vivam conforme padrões heterossexuais, em uma cultura heteronormativa na qual a sociedade e as relações estabelecidas entre os indivíduos tendem a exigir a adesão ao padrão da heterossexualidade, considerado legítimo. O objetivo deste trabalho foi analisar de que modo a cultura heteronormativa impacta a autodescoberta e o desenvolvimento identitário de universitários LGBTQIAPN+. A proposta metodológica foi de natureza qualitativa, sendo utilizado um questionário como instrumento de pesquisa através da técnica bola de neve. Os resultados mostraram que os entrevistados não sabem identificar se sofrem preconceito ou não. Destacamos que gênero e sexo se caracterizam nos corpos por meio de normas regulamentais que, repetidas de forma constante, assumem o caráter de normalidade, tendo em vista o processo que disciplina as expressões de masculinidade e feminilidade. Por isso, os preconceitos sofridos por essa classe denotam que os sujeitos acabam por normalizar as práticas discriminatórias e preconceituosas. Os participantes também expressaram estratégias de resistência, construção de redes de apoio e reafirmação de sua identidade. Essa tensão entre opressão e agência mostra que a experiência LGBTQIAPN+ é marcada por dor, mas também por potência e reinvenção de si. A pluralidade de respostas evidencia que não há uma única trajetória identitária, mas múltiplas formas de viver e resistir à normatividade imposta.

Palavras-chave: Cultura Heteronormativa; Homossexualidade; LGBTQIAPN+.

HETERONORMATIVE CULTURE AND LGBTQIAPN+ IDENTITY: EXPERIENCES, RESISTANCE, AND CHALLENGES IN THE SELF-DISCOVERY OF UNIVERSITY STUDENTS

ABSTRACT

The predominance of heteronormativity as a framework for controlling and normalizing the lives of gay and lesbian individuals remains evident, aiming to shape their experiences according to heterosexual standards within a heteronormative culture, in which society and the relationships established among individuals tend to demand adherence to heterosexuality as the legitimate norm. The objective of this study was to analyze how heteronormative culture impacts the self-discovery and identity development of LGBTQIAPN+ university students. The methodological approach was qualitative, using a questionnaire as a research instrument through the snowball sampling technique. The results indicated that participants often struggle to identify whether they experience prejudice. It is emphasized that gender and sex are constituted through regulatory norms that, when continuously repeated, acquire the status of normality, as part of a process that disciplines expressions of masculinity and femininity.

Therefore, the prejudice experienced by this group suggests that individuals may come to normalize discriminatory practices. Participants also reported strategies of resistance, the construction of support networks, and the reaffirmation of their identities. This tension between oppression and agency reveals that the LGBTQIAPN+ experience is marked by pain, but also by strength and self-reinvention. The diversity of responses highlights that there is no single identity trajectory, but rather multiple ways of living and resisting imposed normativity.

Keywords: Homosexuality; Heteronormative Culture; LGBTQIAPN+.

1 INTRODUÇÃO

Em “História da Sexualidade” descrita por Foucault (1993), ele realiza uma série de análises, e ao invés de tomar a sexualidade como um dado prévio e natural, o filósofo se envolve em pesquisas que buscam mostrar quais relações de poder e estratégias políticas foram colocadas em prática e tiveram como efeito a produção dessa sexualidade. Ele expõe que as sociedades têm suas identidades sexuais moldadas e estabelecidas por meio de padrões de poder que se fundamentam na normatização da heterossexualidade.

As estruturas contemporâneas engessam categorias de identidade nos termos da coerência exigida pela matriz heterossexual, que faz referência a compreensão cultural por meio da qual os corpos, gêneros e desejos são naturalizados. Esse padrão é um regime de poder que acredita que a garantia de existência da identidade sexual depende da exclusão das outras. A autora Judith Butler (2003), parte de uma visão de sexualidade enquanto um dispositivo discursivamente constituído e politicamente condicionado por meio das relações de poder e argumenta que, não existe em nossa sociedade um sujeito que não sofra desde o nascimento a marca do gênero; ela recorre à noção de poder desenvolvida por Foucault (1993), admitindo que as relações de poder operam não apenas em nível repressivo, mas também produtivo.

O predomínio da heteronormatividade¹ como marco de controle e normalização da vida de gays e lésbicas se fez presente, com a finalidade de normatizar suas vivências como heterossexuais (Miskolci, 2009). Em uma cultura heteronormativa, toda a sociedade e as relações que os sujeitos criam entre si devem aderir ao padrão da heterossexualidade, sendo considerado “natural” e legítimo (Freitas, 2018). Segundo Warner (1993), a heteronormatividade é um sistema de poder que organiza o mundo social com base na suposição de que apenas a heterossexualidade é aceitável, inteligível e merecedora de reconhecimento. Esse padrão regula corpos, afetos, práticas sexuais e expressões de gênero, promovendo exclusões e desigualdades.

¹ Na heteronormatividade, todos os indivíduos e relações devem seguir o modelo heterossexual, considerado “natural” e legítimo. Isso significa que os não-heterossexuais são considerados aceitáveis desde que se identifiquem com a heterossexualidade como modelo, se comportando de uma maneira esperada (Freitas, 2018).

A heterossexualidade é denominada como uma orientação sexual caracterizada pelo desejo e pela atração por pessoas do sexo oposto. De acordo com Katz (1966), três argumentos são estruturais para a “invenção” da heterossexualidade, sendo a sobrevivência da espécie humana, diferença biológica e o prazer físico proporcionado pela união de ambos.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 em seu artigo 3º e 5º, traz que devem ser tratados de forma igualitária os direitos entre todos os seres humanos, e enfatiza a igualdade de todos perante a lei e o respeito à livre orientação sexual (Brasil, 1988). O surgimento do movimento homossexual iniciou na década de 70 no Brasil, quando houve uma adaptação brasileira da expressão americana *gay friendly*, dando início ao uso da sigla GLS (Gays, Lésbicas e Simpatizantes) que, segundo Santos (2010), amplia as oportunidades para os homossexuais e eleva a diversidade da comunidade homossexual no país. Posteriormente a sigla foi atualizada para GLBT (adentrando os termos bissexual e transgênero) e, depois reescrita como LGBT (Lésbicas, Gays, Bi, Trans) entre outras siglas que foram se consolidando. Atualmente a sigla dita como a mais completa seria a LGBTQQICAPF2K+, (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Travestis, Queer, Questionando, Intersexo, Curioso, Assexuais, Pan e Polisssexuais, Aliados, Two-spirit e Kink) tendo o símbolo + sido acrescentado à sigla para abranger outras orientações sexuais, identidades e expressões de gênero não representadas nela (Pires; Moura, 202).

A sigla tem histórico de mudança de tempos em tempos e assume novas formas, para dar visibilidade a diferentes identidades e acompanhar estratégias políticas do movimento (Ciscati, 2019). No entanto, desde o seu surgimento, tem sido alvo de várias discussões sobre o que deveria ou não fazer parte e ser representado dentro dessa comunidade diversificada. De acordo com Pires e Moura (2022), não existe um consenso sobre qual sigla utilizar, nem sobre qual é a mais correta.

Portanto, a escolha para esse trabalho, vai de encontro a Santos (2023) que descreve a LGBTQIAPN+ - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer/Questionando, Intersexo, Assexuais/Arromânticas/Agênero, Pan/Poli, Não-binárias sendo respaldada devido a representatividade que traz ao grupo de individualidades que compõe uma comunidade pautada pela diversidade sexual, biológica e de identidade de gênero.

Este artigo é derivado de um trabalho de conclusão de curso e se justifica pelo interesse das autoras em compreender os impactos sociais e subjetivos que a cultura heteronormativa exerce sobre pessoas LGBTQIAPN+. A relevância da temática ultrapassa o campo acadêmico, uma vez que envolve questões relacionadas aos direitos humanos, à saúde mental, ao pertencimento social e à equidade de gênero e sexualidade. Em uma sociedade estruturada por

normas que legitimam exclusivamente identidades heterossexuais e cisgêneras, torna-se importante investigar como essas normatividades afetam o processo de constituição identitária daqueles que não se enquadram nesses padrões. O ambiente universitário, embora frequentemente visto como um espaço de liberdade e pluralidade, também pode reproduzir lógicas excludentes que dificultam a vivência plena da identidade LGBTQIAPN+.

Ressalta-se que a adoção da sigla LGBTQIAPN+ neste estudo não se limita a uma escolha teórica, mas expressa o reconhecimento da pluralidade de identidades de gênero e orientações sexuais que compõem essa população, constituindo-se como um posicionamento ético e político da pesquisa. Ainda que a amostra empírica tenha se concentrado predominantemente em participantes que se identificam como homossexuais e bissexuais, a utilização da sigla busca contemplar a diversidade mais ampla que caracteriza esse campo.

Diante disso, o objetivo deste trabalho foi analisar de que modo a cultura heteronormativa impacta a autodescoberta e o desenvolvimento identitário de universitários LGBTQIAPN+.

Estudos dessa natureza contribuem para a criação de novas políticas públicas e ações destinadas a apoiar e proteger essa comunidade, assim como dar visibilidade às pessoas LGBTQIAPN+ e conscientização para promover uma sociedade mais inclusiva e acolhedora.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Em períodos remotos da história humana, especialmente em contextos anteriores à organização de sociedades complexas, grupos humanos viviam de forma nômade, dedicando-se à coleta de alimentos e à adaptação às condições naturais. Nesse contexto, as formas de organização da vida e das relações entre os indivíduos não estavam estruturadas por normas rígidas como as que hoje orientam as identidades de gênero e sexualidade. Assim, as expressões da sexualidade nesses grupos não podem ser compreendidas a partir das categorias contemporâneas, sendo necessário considerar as especificidades históricas e culturais de cada período (Capellano, 2011).

Na cultura ocidental, em meados do século XVIII, a criação científica embargou a sexualidade como um modelo unificado, onde compreende-se a mulher como um homem inferior e invertido, no ponto de vista estético e biológico respectivamente (Ceccareli, 2012). Observa-se ainda a tentativa de imposição de um comportamento específico, tendo em vista que as sociedades egípcias e mesopotâmicas antigas, que foram responsáveis por preceder a cultura ocidental, eram tolerantes às relações sexuais em sujeitos do mesmo sexo e também as reconheciam como prática da cultura, mitologia e literaturas (Faro, 2015).

A partir do século XIX deu-se início a existência da categoria homossexual, porém antes disso, existia a sodomia, um ato que não era permitido por motivos religiosos e, por isso, fazia parte da lista dos pecados graves (Santos, 2010). De acordo com Santos (2010), a homossexualidade perde a referência bíblica no século XVIII e passa a ser chamada de pederastia, tornando-se um crime contra o Estado, a ordem e a natureza. Além disso, a homossexualidade ainda era considerada uma aberração, uma confusão da natureza, não sendo reconhecida como uma identidade (Green, 2006). Devido a este fato, médicos e cientistas procuraram intervir de forma científica, física ou psicologicamente, na dita anomalia que acompanhava as pessoas que se relacionavam com o mesmo sexo (Trevisan, 2007).

Segundo Santos (2010), durante o século XIX, deu-se início às tentativas de explicar cientificamente o fenômeno da homossexualidade, porém as buscas por respostas em fatores genéticos se tornaram um fracasso. Passou-se, então, à abordagem psicanalítica do autor Freud, que foi de grande contribuição para a psicologia e para retirar o debate em torno do homossexualismo do terreno moral, no entanto, ainda é encarada como uma manifestação patológica, perspectiva que vem sendo criticada e superada pelas abordagens contemporâneas.

No Brasil, a sociedade historicamente marginalizou e estigmatizou a homossexualidade, considerando-a, por décadas, como doença e perversão. Trevisan (2007) descreve que, entre as décadas de 1960 e 1980, especialmente durante o período da ditadura militar brasileira (1964–1985), a experiência de pessoas homossexuais esteve fortemente associada a práticas de repressão, perseguições e humilhações públicas por parte de agentes do Estado. Nesse contexto, Santos (2017) destaca que a homossexualidade era tratada como uma prática marginalizada, o que resultava na restrição de direitos e liberdades não reconhecidos ou assegurados a esses sujeitos, em comparação com aqueles socialmente legitimados pela heteronormatividade.

O preconceito, originando-se muitas vezes no seio familiar, representa um grande desafio quando a família rejeita escolhas que mudam da norma social. Conflitos extremos, como expulsões, agressões e até as mesmas execuções, podem ocorrer devido à não aceitabilidade da orientação sexual. A orientação sexual e a identidade de gênero não diminuem a humanidade de alguém nem justifica os direitos em relação àqueles que seguem padrões sociais mais tradicionais. A exclusão social persiste em situações cotidianas, como a recusa de empregos nas empresas e a recusa de matrículas nas escolas, evidenciando a necessidade de mudanças (Neto *et al.*, 2022).

No que se refere à Psicologia, observa-se uma atuação histórica na promoção de cuidados voltados a essa população, destacando-se os 25 anos da Resolução nº 001/1999 do

Conselho Federal de Psicologia, que estabelece normas de atuação para psicólogos e psicólogas em relação à questão da orientação sexual (CFP, 1999). Ao longo desse processo, outras resoluções foram instituídas, estabelecendo diretrizes para o exercício profissional no que diz respeito às violências de gênero, à inclusão do nome social na Carteira de Identidade Profissional, bem como à atuação junto às bissexualidades e demais orientações não monossexuais. Além disso, registram-se diversas publicações e produções técnicas que fomentam o debate e subsidiam a formulação de políticas públicas voltadas à população LGBTQIAPN+ (CREPOP, 2023).

3 METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa de abordagem qualitativa, uma vez que busca compreender os significados atribuídos pelas pessoas LGBTQIAPN+ à sua vivência em uma sociedade heteronormativa. Conforme Denzin e Lincoln (2006), a pesquisa qualitativa é apropriada quando se pretende investigar fenômenos em seus contextos naturais, considerando as construções sociais, subjetivas e simbólicas dos sujeitos.

O instrumento de coleta de dados utilizado foi um questionário online, composto por perguntas abertas e fechadas, elaborado com o objetivo de explorar os processos de autodescoberta e os impactos da heteronormatividade na identidade de pessoas LGBTQIAPN+. A aplicação do questionário ocorreu por meio da plataforma *Google Forms*, a qual viabilizou o acesso remoto, garantiu o anonimato e ampliou a participação de indivíduos residentes em diferentes localidades.

A amostragem adotada foi não probabilística, utilizando-se a técnica bola de neve virtual. De acordo com Portella, Maliszewski e Martins (2024), essa técnica consiste na indicação sucessiva de participantes por pessoas previamente contatadas, formando uma rede de recrutamento que se expande progressivamente. Como semente inicial, utilizou-se um grupo em aplicativo de mensagens denominado “Coletivo Representatividade LGBTQIAPN+”, composto majoritariamente por universitários autodeclarados LGBTQIAPN+. A partir desse grupo, os participantes foram convidados a indicar outras pessoas de seu convívio que atendessem aos critérios da pesquisa, possibilitando a ampliação da amostra por meio de sucessivas indicações, conforme previsto na técnica.

Os critérios de inclusão para participação na pesquisa foram: ter 18 anos ou mais; identificar-se como parte da comunidade LGBTQIAPN+ e estar ou ter estado em contexto universitário. O convite à participação foi feito pelas autoras da pesquisa, por meio de mensagem contendo o link do questionário e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

(TCLE), em conformidade com os princípios éticos da Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde.

Para análise dos dados, optou-se pela análise descritiva, que, segundo Reis e Reis (2002), permite organizar e resumir informações obtidas, utilizando-se de percentuais, médias e distribuição de frequência. As perguntas abertas foram examinadas à luz da análise de conteúdo (Bardin, 2011), visando identificar categorias temáticas relacionadas à experiência dos participantes com a cultura heteronormativa, o preconceito e os mecanismos de enfrentamento.

Este estudo foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) e aprovado sob parecer nº 6.585.323, respeitando todas as normas éticas vigentes para pesquisas com seres humanos.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Expressar a orientação sexual, especialmente quando vai além da norma heterossexual, é uma ação que carrega consigo complexidades em um ambiente conhecido por sua intolerância em relação à diversidade sexual. Nesse contexto, tal revelação pode ser vista não apenas como uma expressão pessoal, mas também como um ato político. Em determinados cenários, indivíduos que se autodeclaram homossexuais ou bissexuais, com frequência, optam por ocultar sua orientação sexual. Em diversos casos, esse comportamento visa à autodefesa, uma vez que é um público-alvo de violência no país (Carvalho e Barreto, 2021).

A pesquisa foi respondida por 15 participantes que se identificam como pessoas LGBTQIAPN+. O grupo apresentou diversidade etária, com idades entre 19 e 44 anos. A distribuição foi a seguinte: 1 participante tinha 19 anos (6,7%); 3 tinham 20 anos (20%); 3 tinham 22 anos (20%); 2 tinham 23 anos (13,3%); 1 tinha 24 anos (6,7%); 2 tinham 25 anos (13,3%); 1 tinha 26 anos (6,7%); 1 tinha 27 anos (6,7%); e 1 tinha 44 anos (6,7%).

No que diz respeito à orientação sexual, 9 participantes (60%) se identificaram como homossexuais e 6 (40%) como bissexuais. Quanto à forma de autodenominação, 5 participantes (33,3%) se identificaram como lésbicas, 4 (26,7%) como gays e 6 (40%) como bissexuais.

Em relação à religiosidade, 6 participantes (40%) declararam ser católicos praticantes, 5 (33,3%) católicos não praticantes e 4 (26,7%) afirmaram acreditar em Deus, embora não sigam nenhuma religião institucionalizada. Quando questionados sobre vivências de preconceito na igreja, 6 participantes (40%) relataram ter sofrido preconceito, 7 (46,7%) afirmaram não ter vivenciado essa situação e 2 (13,3%) não souberam identificar.

Destaca-se, ainda, que uma parcela dos participantes relatou não saber identificar situações de preconceito, tanto no contexto religioso (13,3%) quanto no familiar (11,8%). Esse

dado pode ser compreendido à luz do processo de naturalização de padrões sociais, conforme discutido por Moretti-Pires *et al.* (2020), no qual práticas discriminatórias são incorporadas ao cotidiano de forma tão recorrente que deixam de ser reconhecidas como violência. Nesse sentido, a dificuldade em nomear tais experiências pode indicar a internalização de normas heteronormativas que operam de maneira sutil e contínua. De modo complementar, esse fenômeno pode ser interpretado a partir do conceito de violência simbólica, proposto por Bourdieu (1990), que se refere a formas de dominação que se exercem de maneira invisível, sendo frequentemente legitimadas pelos próprios sujeitos que as vivenciam.

As percepções que existem sobre a homossexualidade dentro das religiões, consideram que a espiritualidade e a religiosidade são pilares fundamentais na elaboração da história do ser humano. As religiões tendem exercer influência em seus participantes, uma vez que ponderam princípios para participação e, tais princípios ditam comportamentos sexuais (Ribeiro; Scorsolini-Comin, 2017).

Quando questionados sobre a vivência de preconceito no ambiente acadêmico em função de serem estudantes LGBTQIAPN+, 5 participantes (33,3%) relataram já ter sofrido preconceito, 9 (60%) afirmaram não ter vivenciado essa situação e 1 (6,7%) declarou não saber identificar.

Sabe-se que as universidades não são um ambiente separado da sociedade, com certa frequência tendem a reproduzir situações pelas quais as pessoas LGBTQIAPN+ são submetidas fora dela. Entretanto, os ambientes escolares devem pontuar uma relação de acolhimento a fim de que o indivíduo aproveite bem seu curso, permitindo que se desenvolva socialmente e possa se tornar quem quiser ser, além do âmbito profissional (Sumares, 2020). O ambiente educacional é um importante elo no combate às normatizações e propagador da diversidade e inclusão além da transformação do papel da instituição educacional, tornando-o fonte de discussão a fim de contribuir para aprofundar questões de cidadania e direitos humanos, tendo como papel fundamental, o combate às formas de opressão (Carvalho; Oliveira, 2015).

Quando questionados sobre a ocorrência de preconceito no ambiente familiar em razão de sua identidade como pessoa LGBTQIAPN+, 12 participantes (70,6%) relataram já ter sofrido esse tipo de preconceito, 3 (17,6%) afirmaram não ter vivenciado essa situação e 2 (11,8%) declararam não saber identificar.

Observa-se que a elevada porcentagem de participantes que afirmaram não vivenciar preconceito no ambiente acadêmico pode estar relacionada a estratégias de ocultação da orientação sexual, adotadas como forma de autoproteção, conforme mencionado anteriormente. Nesse sentido, o ambiente universitário pode ser percebido como relativamente seguro não

necessariamente pela ausência de práticas discriminatórias, mas pela não visibilidade plena das identidades LGBTQIAPN+, o que tende a reduzir a exposição a situações de preconceito. Tal dinâmica reforça a complexidade da análise, uma vez que a ausência de relatos de discriminação não implica, necessariamente, a inexistência de contextos heteronormativos ou potencialmente excludentes.

Historicamente as famílias são “guardiãs” da sexualidade de seus filhos e filhas, tendo a autoridade de questionar o modo pelo qual os sujeitos a vivenciam. É na família que o sujeito consolida os sentidos de existência e autenticidade, a fim de que se sintam pertencentes. Portanto, há a necessidade de aceitação e reconhecimento, sendo um modo de subjetivação do indivíduo, criando vínculos de amor. No entanto, com intuito de fazer cumprir as premissas da heteronormatividade, as famílias investem inconscientemente para que suas crianças atendam as correspondências das performances correspondentes ao sexo biológico (Toledo; Teixeira Filho, 2013).

No que se refere à perspectiva social, 11 participantes (76,5%) afirmaram sofrer preconceito na sociedade e em seu convívio em razão de sua identidade como pessoas LGBTQIAPN+, enquanto 3 (17,6%) relataram não vivenciar esse tipo de situação e 1 (5,9%) declarou não saber identificar. Observa-se, nas respostas dos participantes, a recorrência da dificuldade em reconhecer ou nomear situações de preconceito.

Butler (2003) mencionou que gênero e sexo se caracterizam nos corpos por meio de normas regulamentais que, repetidas de forma constante, assumem o caráter de normalidade, tendo em vista o processo que disciplina as expressões de masculinidade e feminilidade. Por isso, os preconceitos sofridos por essa classe, denota que os sujeitos acabam por normalizar as práticas discriminatórias e preconceituosas.

No entanto, todos os participantes afirmaram que já presenciaram alguma situação em que alguém foi vítima de preconceito tendo relação com seu gênero e ou identidade de gênero.

As pessoas que compõem esse grupo apresentam uma degradação da qualidade de vida que os coloca em um lugar de vulnerabilidade em relação às pessoas não pertencentes. Jovens que não são aceitos pelas famílias, apresentam como consequência um potencial elevado o abandono. Vivenciam episódios de ódio, violência no meio familiar, na escola, em serviços de saúde onde alegam despreparo dos profissionais para tratar deste público (Silva *et al.*, 2021).

Indagando aos pesquisados se eles acreditam que a escola impactou no seu processo de identificação, ou como influenciou ou influência no seu reconhecimento como LGBTQIAPN+. As respostas foram descritas abaixo:

Influenciou negativamente. Quando estamos na escola não temos uma opinião própria bem formada e o ambiente opressor dificulta esse processo (José², 2024).

No meu caso não, mas acredito fielmente que a educação é a chave para qualquer coisa, a educação sexual é a porta de entrada para a própria identificação enquanto pessoa (Paulo, 2024).

Sim, a escola retardou meu processo de aceitação da sexualidade (Joana, 2024).

Com certeza absoluta. Tanto de forma negativa como positiva a depender da fase do ciclo que eu estava e a cidade que eu morava (Igor, 2024).

Sim, principalmente por ser um ambiente de formação de opinião. A relação com pessoas que se identificam LGBTQIAPN+ também (Pedro, 2024).

A perspectiva escolar configura-se como um elemento central para a promoção de equidade e da construção de uma sociedade justa e igualitária, mais aberta à diversidade, e a educação configura-se como pilar fundamental na formulação de estratégias. Diversificar o ensino elimina atitudes discriminatórias e promove a convivência com as diferentes maneiras de viver e valores sociais (Vianna, 2015).

Foram questionados ainda, respeito da crença no impacto da família no processo de identificação e as respostas foram:

Com certeza sim, a família é responsável por grande parte dos processos de reconhecimento do indivíduo. Comigo, por exemplo, tive uma fase em que não me aceitava por que não tinha o apoio da minha família (Mila, 2024).

Sem dúvidas. Meu irmão mais velho já era assumido. E eu tinha visto o processo todo ao contar para nossos pais. Isso fez com que eu recriminasse o que eu sentia por muito tempo. Na verdade, só conversei de forma aberta com minha mãe até hoje. Meu pai, nunca senti necessidade. Ele é um pouco distante (Igor, 2024).

Acredito que para todos. Uma vez que, possivelmente haja um respeito exacerbado pela família, principalmente se tratando do processo de reconhecimento em si, são várias lacunas até de fato se encaixar (Alice, 2024).

A revelação ou descoberta da identidade sexual ou até mesmo do gênero pelo qual o filho se identifica é visto para alguns pais como um momento chocante. Sentimentos de decepção, vergonha, tristeza e desespero são incorporados à realidade da família que denota como uma espécie de traição do filho. Contudo, os conflitos que são advindos da família transbordam emoções profundas, mesmo que dolorosas. Em casos que há “aceitação”, a importância torna-se gigantesca para esse indivíduo que retribuir para afirmar a lealdade e consideram-se por “sortudos” (Novo, 2023).

² Todos os nomes utilizados neste estudo são fictícios, com o objetivo de garantir o anonimato dos participantes, em conformidade com os princípios éticos da pesquisa com seres humanos.

Outro ponto levantado na pesquisa, indagou como os discursos que reproduzem comportamentos padrões de heterossexuais impactam na vivência da pessoa LGBTQIAPN+. Nesse contexto, respostas foram:

Fizeram com que eu me sentisse suja ou diferente (Laryssa, 2024).

Tenho é nojo, é cada coisa que a gente tem que ouvir por causa de uma normativa (Paulo, 2024).

Hoje em dia eu tento não me desestabilizar com isso, já houve um tempo em que eu ficava mal e me sentia injustiçada, mas no geral é nítida a falta de adequação para a comunidade LGBTQIAPN+ (Mila, 2024).

Como se o comportamento diferente não pudesse ser considerado normal! (Laura, 2024).

Na minha profissão, professor de educação física, estou fora do padrão dos outros professores (Carlos, 2024).

A visão projetada negativamente na pessoa homossexual acaba por internalizar sentimentos de inferioridade em relação a pessoas que seguem os padrões heteronormativos. Nesse sentido, sustenta-se que o preconceito pode desencadear questionamentos a respeito de seu valor como pessoa, gerando no sujeito em casos extremos, ódio por si mesmo (Cardoso; Ferro, 2012).

Após questionamento sobre quais mecanismos de enfrentamento, encontram para lidar com conservação da opressão heteronormativa no dia a dia e se poderiam dizer alguma coisa sobre o assunto, obtivemos as seguintes contribuições:

Enfrentei ser expulsa de casa, defendi a comunidade a todo momento quando éramos referidos a "inúteis" ou com ironia (Laryssa, 2024).

Generalização. Não individualizam as pessoas sexuais, não tem capacidade de entender sexualidade. Se uma lésbica é promíscua, logo entendem que todas são, não diferencia caráter (José, 2024).

Me deixam muito frustrada e chateada. Parece não haver evolução (Igor, 2024).

Atualmente consigo expor minha opinião com maior clareza e conduzir um diálogo de forma pacífica (Alice, 2024).

A relação da baixa autoestima gerada pelo preconceito nessa população pode causar episódio de depressão, insegurança, culpa, desconfiança, medo, dificuldade no estabelecimento de vínculos amorosos e afetivos, ideação suicida, envolvimento com drogas e até mesmo transtornos alimentares (Cardoso; Ferro, 2012).

Questionamos ainda, sobre a crença de que a cultura heteronormativa impacta em sua autodescoberta e no desenvolvimento de sua identidade, e os pesquisados contribuíram dizendo:

Óbvio, crescemos apreendendo que o "normal" é ser hétero e qualquer coisa que não seja isso, é errada e suja. Com isso, enfrentei vários problemas de aceitação, chegando por vezes me machucar para "retirar" isso de mim (Mila, 2024).

Sim, "tentei" ser hétero até os 18 anos (Pedro, 2024).

Com certeza. Impacta até hoje. Eu tenho muito receio de rejeição, demorei a assumir que estava apaixonada e sempre tenho dificuldade com esse primeiro passo acreditando que por ser um relacionamento sáfico, serei rejeitada, não valerei "a pena". Além disso, eu também tenho dificuldade em expressar afeto, em forma de toque físico em público. Não porque não gosto, mas porque prefiro evitar confusões, que sei que não irei me ausentar em caso de uma ação preconceituosa (Igor, 2024).

O preconceito é uma violência que se expressa em características sociais, de gênero, estéticas, por exemplo. O preconceito é um resultante de um compilado de naturalização de padrões que foram mantidos por instituições como mídia, escola e a própria família. Padrões tendem a gerar uma clivagem que propicia uma marginalização de pessoas, categorizando-as como normais e anormais (Moretti-Pires *et al.*, 2020).

Por fim, foi deixado um espaço livre, caso desejassem compartilhar algo sobre a temática para a pesquisa e sete pesquisados disseram:

Bom... Já fui chamada de nojenta e levei um tapa na cara pela minha mãe (Laryssa, 2024).

Um fato interessante que eu passei por conta da sexualidade, fizeram uma "simpatia" para eu voltar a ser mulher e pediram um padre para fazer uma novena comigo. A sexualidade no meu caso foi vista como algo do demônio, que precisava ser retirada e limpa. (Mila, 2024).

Creio que o assunto é de sua relevância, visto que a sociedade nos oprime e tenta invalidar nossas vontades a todo momento (Carlos, 2024).

São tantos... mas vou me ater hoje a agradecer o estudo da temática. Acho que é a única forma de combate à desinformação e a melhor forma de responder aos retrocessos de nossa sociedade. Gratidão (Igor, 2024).

Já foi falado que se eu continuasse no caminho eu não teria mais mãe e pai e até que se eu tinha um pinto no meio das pernas para gostar do mesmo sexo (Pedro, 2024).

Na verdade, não me sinto excluído, ou algo parecido! Quem se dá o respeito será respeitado (Paulo, 2024).

O relato de Mila, ao mencionar tentativas de “limpeza” de sua sexualidade por meio de práticas religiosas, evidencia a persistência de concepções patologizantes e moralizantes acerca das identidades LGBTQIAPN+. Tais práticas se colocam em desacordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Federal de Psicologia, especialmente a Resolução nº 001/1999, que orienta a atuação profissional pautada no respeito à diversidade sexual e na não patologização da homossexualidade. Nesse sentido, a manutenção de discursos e intervenções que buscam a “correção” da orientação sexual contraria não apenas os avanços científicos no campo da Psicologia, mas também os princípios éticos que regem a profissão no contexto brasileiro.

Silva *et al.* (2021), relataram que, quando pessoas consideradas normais e pessoas estigmatizadas se encontram, evidenciam o enfretamento das causas e efeitos dos estigmas sociais. O indivíduo é direcionado a percorrer caminhos performáticos desde a infância, a escola e outras instituições e demais locais de socialização, baseiam-se nesses padrões heteronormativos, potencializando a construção machista e sexista (Silva; Barbosa, 2016). Evidencia-se a importância da discussão sobre o assunto, uma vez que o Brasil é escasso nos conhecimentos a respeito das necessidades da população LGBTQIAPN+, a fim de fomentar o desenvolvimento de políticas públicas para a comunidade (Silva *et al.*, 2018).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados obtidos nesta pesquisa evidenciam o impacto profundo da cultura heteronormativa no processo de autodescoberta e construção da identidade de pessoas LGBTQIAPN+. As vivências relatadas apontam para um cenário marcado por conflitos familiares, discriminação nos espaços escolares e religiosos, e dificuldades para afirmar a própria orientação sexual ou identidade de gênero em uma sociedade que ainda privilegia a norma heterossexual.

A heteronormatividade, conforme discutido por Warner (1993) e Butler (2003), opera como um regime de poder que naturaliza determinadas formas de viver, amar e existir, ao mesmo tempo em que marginaliza outras. Os relatos analisados demonstram como esse regime atravessa os corpos e subjetividades desde a infância, sendo reproduzido em instituições sociais fundamentais como família, escola e religião.

Mesmo diante dessas adversidades, os participantes também expressaram estratégias de resistência, construção de redes de apoio e reafirmação de sua identidade. Essa tensão entre opressão e agência mostra que a experiência LGBTQIAPN+ é marcada por dor, mas também

por potência e reinvenção de si. A pluralidade de respostas evidencia que não há uma única trajetória identitária, mas múltiplas formas de viver e resistir à normatividade imposta.

Destaca-se, portanto, a necessidade de políticas públicas efetivas que protejam a diversidade sexual e de gênero, promovam o acolhimento nas instituições educacionais e de saúde, e combatam a LGBTfobia em todas as suas formas. Além disso, é fundamental que o campo da Psicologia, e as ciências humanas em geral, ampliem os espaços de escuta, reconhecimento e legitimação dessas subjetividades dissidentes.

Por fim, este estudo reforça a importância de se discutir, de forma crítica e situada, os efeitos da cultura heteronormativa na constituição das identidades LGBTQIAPN+. Ao dar visibilidade a essas vozes, contribui-se para a construção de uma sociedade mais justa, plural e democrática onde todas as formas de existir possam ser reconhecidas com dignidade e respeito.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/307716548_Analise_de_Conteudo. Acesso em: 11 de jun. 2024.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 18 nov. 2023.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 1. ed. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Disponível em: <https://joaocamillopenna.files.wordpress.com/2017/08/butler-problemas-do-gecc82nero.pdf>. Acesso em: 30 set.2023.

CAPPELLANO, Carlos Luiz. **Breve Histórico da Homossexualidade**. 2011. Disponível em: <https://sites.google.com/site/lucappellano/breve-historico-da-homossexualidade-humana>. Acesso em 29 de jun. de 2024.

CARDOSO, M. R.; FERRO, L. F. Saúde e população LGBT: demandas e especificidades em questão. **Psicologia: ciência e profissão**, [s.l.] v. 32, p. 552-563, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/8pg9SMjN4bhYXmYmxFwmJ8t/>. Acesso em: 11 de jun.2024.

CARVALHO, A.; BARRETO, R. **A invisibilidade das pessoas LGBTQIA+ nas bases de dados: novas possibilidades na Pesquisa Nacional de Saúde 2019?** 4 jun. [s.l.], 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232021269.12002021>. Acesso em: 24 nov. 2023.

CARVALHO, B. R. de; OLIVEIRA, L. S. **UNIVERSIDADE FORA DO ARMÁRIO: OS DESAFIOS ENFRENTADOS PARA A EXECUÇÃO DE UM PROJETO DE COMBATE**

A HOMOFOBIA E A TRANSFOBIA NO PONTAL DO TRIÂNGULO MINEIRO, [s.l.], 2015. Disponível em: <https://www.crp15.org.br/wp-content/uploads/2020/06/universidade-fora-do-arm%C3%A1rio.pdf>. Acesso em 30 de maio de 2024.

CECCARELLI, P. R.; FRANCO, S. Homossexualidade: verdades e mitos. **Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades**, [s.l.], v. 4, n. 05, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2315>. Acesso em: 28 jun. 2024.

CISCATI, R. **LGBTQIA+**: o que a sigla significa, e por que ela muda em tempos e tempos. BRASIL de DIREITOS. Impulsionado por Fundo Brasil. [s.l.], 2019. Disponível em: https://www.brasildedireitos.org.br/atualidades/por-que-a-sigla-lgbtqia-mudou-ao-longo-dos-anos?utm_source=google&utm_medium=cpc&utm_campaign=lgbtqia&gad_source=1&gclid=CjwKCAiA04arBhAkEiwAuNOsIroGm9cSzw4EkvEU7mzUr0HMwV93l-CNUCtaaABUxHpebjoDHfBMlBoCGVcQAvD_BwE. Acesso em 25 de nov. de 2023.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). Resolução CFP N° 001/99, DE 22 DE MARÇO DE 1999. **Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da Orientação Sexual**. Brasília, DF: Conselho Federal de Psicologia. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/1999/03/resolucao1999_1.pdf. Acesso em 18 de nov. 2023.

CREPOP - Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP). **Referências técnicas para atuação de psicólogos, psicólogos e psicólogues em políticas públicas para população LGBTQIA+** [recurso eletrônico] / Conselho Federal de Psicologia, Conselhos Regionais de Psicologia, Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas. — Brasília: CFP, 2023.

DENZIN, N.; LINCOLN, Y. A disciplina e a prática da pesquisa qualitativa :O Planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens. **Corpo em Trânsito**, Porto Alegre, 2006, Disponível em: <https://corpoemtransito.wordpress.com/2015/04/08/denzin-lincoln-2006/>. Acesso em: 23 de set. de 2023.

FARO, Julio Pinheiro. Uma nota sobre a homossexualidade na história. **Revista Subjetividades**, v. 15, n. 1, p. 124-129, 2015.

FOUCAULT, M. História da sexualidade. **A vontade de saber**. Rio de Janeiro, v. 1, 13 ed., Graal, 1993. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2940534/mod_resource/content/1/Hist%C3%B3ria-da-Sexualidade-1-A-Vontade-de-Saber.pdf. Acesso em 30 set. 2023.

FREITAS, L. **A importância do reconhecimento social na construção da identidade sexual de mulheres não heterossexuais no sul da Bahia**. 2018. Bahia, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/vM4Xvwpgq9w5Y4ht9sXbBNG/>. Acesso em: 11 de jun.2024.

GREEN, S.P. **A construção sócio-histórica da homossexualidade**. Disponível em: https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/25742/25742_3.PDF. Acesso em: 11 de jun.2024.

KATZ, J. N. **A invenção da heterossexualidade**. Tradução de Clara Fernandes. Rio de janeiro: Ediouro, 1996. Disponível em: <https://doceru.com/doc/vnnsc88>. Acesso em 31 set. 2023.

MISKOLCI, Richard. **A Teoria Queer e a Sociologia**: o desafio de uma analítica da normalização. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 11, n. 21, p. 150-182, jan/jun. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n21/08.pdf>. Acesso em: 15 set. 2023

MORETTI-PIRES, R. O.; GUADAGNIN, L. I.; TESSER-JÚNIOR, Z. C.; CAMPOS, D. A. de.;TURATTI, B. O. Preconceito contra Diversidade Sexual e de Gênero entre Estudantes de Medicina de 1º ao 8º Semestre de um Curso da Região Sul do Brasil. **Revista Brasileira de Educação Médica**, [s.l.], v. 43, p. 557-567, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbem/a/dn39DWyg4kQkVJVrYWPcN6K/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 11 de jun.2024.

NETO, A.; FONTENELE, A.; TABOSA, L. **Homossexualidade e dificuldades na sociedade brasileira**. [s.l.], 2 maio 2022. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/97613/homossexualidade-e-as-dificuldades-enfrentadas-na-sociedade-brasileira>. Acesso em: 24 nov. 2023.

NOVO, A. L. C. FAMÍLIAS FORA DO ARMÁRIO”: EMOÇÕES E MOBILIZAÇÃO POLÍTICA EM UMA ASSOCIAÇÃO DE MÃES E PAIS DE FILHOS LGBT. **Antropologia e Direitos Humanos**, [s.l.], v. 22, p. 49. Disponível em: <https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/105515102/LADH0010-libre.pdf?> Acesso em: 11 de jun. 2024.

PIRES, E.; MOURA, B. LGBTQQICAPF2K+ entre a transparência e a opacidade: as restritivas na determinação das identidades. **Revista letras**, Curitiba, n. 105, p. 180-196, 2022. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/letras/article/view/85298/48877>. Acesso em: 11 de jun.2024.

Portella Ribeiro J, Szczecinski Maliszewski L, de Sá Luz Martins E. **Técnica de amostragem “bola de neve virtual” na captação de participantes em pesquisas científicas**. J. nurs. health. [Internet]. 26º de abril de 2024 [citado 2º de julho de 2024];. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/enfermagem/article/view/26636>. Acesso em: 29 jun.2024.

REIS, E. A.; REIS, I. A. **Análise Descritiva de Dados**. Relatório Técnico do Departamento de Estatística da UFMG, 2002. Disponível em: <https://www.est.ufmg.br/portal/wp-content/uploads/2023/01/RTE-02-2002.pdf> Acesso em: 28 jun. 2024.

RIBEIRO, L. M.; SCORSOLINI-COMIN, F. Relações entre religiosidade e homossexualidade em jovens adultos religiosos. **Psicologia & Sociedade**, [s.l.], v. 29, p. e162267, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/DHhdy85vxNPF7qsSK7Y5my/?lang=pt>. Acesso em: 11 de jun.2024.

SANTOS, É. N. dos. Adolescência, homossexualidade, gênero: a psicologia sócio-histórica como um novo caminho. **Revista de Psicologia da UNESP**, [s.l.], v. 7, n. 1, 2010. Disponível em: <https://revpsico-unesp.org/index.php/revista/article/view/42#:~:text=Tentando%20construir%20novos%20caminhos%20nas%20ci%C3%A7%C3%A2ncias%20psicol%C3%B3gicas%2C%20para,grande%20parte%20dos%20profissionais%20e%20pesquisadores%20em%20psicologia>. Acesso em: 11 de jun. 2024.

SANTOS, L. S. dos. **Conviver com vivência:** reflexões acerca do panorama da população LGBTQIAPN+ perante os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) no contexto das políticas públicas de assistência social do município de São Paulo. 2023. 109 f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Serviço Social) - Instituto de Saúde e Sociedade, Universidade Federal de São Paulo, Santos, 2023. Disponível em: <https://repositorio.unifesp.br/handle/11600/66744>. Acesso em: 11 de jun.2024.

SANTOS, J.B. **A condição de ser LGBT e a permanência na universidade:** um estudo de caso no curso de pedagogia -educação do campo. Universidade Federal da Paraíba, Paraíba, 2017. Disponível em: <http://www.coipesu.com.br/upload/trabalhos/2017/18/a-condicao-de-ser-lgbt-e-a-permanencia-na-universidade-um-estudo-de-caso-no-curso-de-pedagogia-educacao-do-campo>. Acesso em: 30 set. 2023

SILVA, C. P. DA; CARDOSO, R. R.; CARDOSO, Â. M. R.; GONÇALVES, R. S. Diversidade sexual: uma leitura do impacto do estigma e discriminação na adolescência. **Ciência & Saúde Coletiva**, [s.l.] v. 26, p. 2643-2652, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/TCJ6mXyyK4pB94FDNhczZc/>. Acesso em: 11 de jun.2024.

SILVA, L. V. da; BARBOSA, B. R. S. N. **Sobrevivência no armário:** dores do silêncio LGBT em uma sociedade de religiosidade heteronormativa. *Estudos de religião*, v. 30, n. 3, p. 129-154, 2016. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6342616>. Acesso em: 11 de jun.2024.

SILVA, T. A.; GUTIERREZ, D. M. D.; HONORATO, E. J. S'A.; FONSECA, I. M. H.; MARTINS, A. A. Movimento LGBT, políticas públicas e saúde. *Amazônica-Revista de Psicopedagogia, Psicologia escolar e Educação*, [s.l.] v. 21, n. 1, Jan-Jun, p. 191-208, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/amazonica/article/view/4715>. Acesso em: 11 de jun.2024.

SUMARES, G. O que faz uma universidade ser boa para pessoas LGBT?. **Estudar Fora**. [s.l.], 2020. Disponível em: <https://www.estudarfora.org.br/universidades-boas-pessoas-lgbt/>. Acesso em 07 de maio de 2024.

TOLEDO, L. G.; TEIXEIRA, F. S. F. Homofobia familiar: abrindo o armário 'entre quatro paredes'. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 65, n. 3, p. 376-391, 2013. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/2290/229029496005.pdf>. Acesso em: 11 de jun.2024.

TREVISAN, J. S. **Devassos no paraíso:** a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. 3 ed. Rio de Janeiro, Record, 2007. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/porta1/resource/pt/crt-6187>. Acesso em: 10 de jun.2024.

VIANNA, C. P. O movimento LGBT e as políticas de educação de gênero e diversidade sexual: perdas, ganhos e desafios. **Educação e Pesquisa**, [s.l.], v. 41, p. 791-806, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/LBDYPy9CZ3pGLJ4Sk4HVdQm/>. Acesso em: 11 de jun.2024.

WARNER, Michael. **Fear of a Queer Planet:** Queer Politics and Social Theory. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1993.